



**PLANO MUNICIPAL DE  
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA  
MULHER NA CIDADE DE ARACAJU**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

T266p Teixeira, Cledina Gois  
Plano municipal de enfrentamento à violência contra mulher na cidade de Aracaju / Cledina Gois Teixeira, Marcelle Prata Freitas Freire de Carvalho, Priscilla Cristine Porto Léo Costa ; orientadores Marcos Antônio de Souza Barbosa, Kelly Maria Paz e Silva. – São Cristóvão, SE, 2024.  
11 p. : il.

Relatório técnico conclusivo (mestrado profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Administração pública. 2. Violência contra as mulheres – Assistência social. 3. Política pública. 4. Redes de informação – Projetos. 5. Aracaju (SE) – Política governamental. I. Carvalho, Marcelle Prata Freitas Freire de. II. Costa, Priscilla Cristine Porto Léo. III. Barbosa, Marcos Antônio de Souza, orient. IV. Silva, Kelly Maria Paz e, orient. V. Título.

CDU 351.84(813.7)-055.2

---

# PLANO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA CIDADE DE ARACAJU

Relatório técnico apresentado pelas mestrandas Cledina Gois Teixeira, Marcelle Prata Freitas Freire de Carvalho, Priscilla Cristine Porto Léo Costa. ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação dos docentes Profº Dr. Marcos Antônio de Souza Barboza e Profª Kelly Maria Paz e Silva, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



# SUMÁRIO

Resumo 03

Contexto 04

Público-alvo da proposta 06

Descrição da situação-problema 07

Objetivos da proposta de  
implementação 08

Diagnóstico e análise 09

Proposta de implementação 10

Conclusão 11

Referências 11

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor a implementação de um sistema informatizado integrado, que visa efetividade no enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência. Como objeto de estudo foi analisado o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Aracaju, especificamente a integração e comunicações entre os diferentes órgãos que compõe rede de enfrentamento e atendimento de violência contra as mulheres no município. Esta análise permitiu verificar que, embora previsão no Plano da atuação articulada entre os órgãos que compõe a rede, esta tarefa enfrenta grande desafio em razão de comunicação fragmentada e manual entre os órgãos. Com base neste cenário apresentamos uma proposta de a criação de um Sistema Informatizado Integrado, capaz de centralizar informações e facilitar a comunicação entre as áreas de saúde, educação, segurança e assistência social de Aracaju que compõe a rede.



**Centralizar informações e facilitar a comunicação entre as áreas de saúde, educação, segurança e assistência social de Aracaju que compõe a rede.**



MULHER

## CONTEXTO

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que, ao longo da vida, uma em cada três mulheres – cerca de 736 milhões – sofre violência física ou sexual por parte de um parceiro ou violência sexual perpetrada por terceiros. Esse número, que praticamente se inalterou na última década, evidencia um problema persistente e alarmante.

Em Aracaju/SE, a situação é igualmente preocupante. Entre 2012 e 2022, as notificações de violência contra a mulher aumentaram 850%, passando de 41 para 388 casos anuais. Esse crescimento pode ser atribuído a uma maior busca por serviços de apoio e à melhoria nos processos de notificação (INFONET, 2023).

Ainda assim, o cenário permanece crítico: nos últimos seis anos, o estado de Sergipe registrou 118 feminicídios, sendo oito desses casos contabilizados até 2023, reforçando a necessidade de ações preventivas e protetivas (JORNAL DA CIDADE, 2023).

O relatório Violência contra a Mulher Sergipana aponta os bairros com maior incidência de casos em Aracaju – Centro, Atalaia, Santa Maria, Santos Dumont e Farolândia –, evidenciando a urgência de intervenções específicas nessas localidades (SSP-SE, 2024).

Nesse cenário, o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Aracaju, instituído pelo Decreto nº 6.615 de 2021, configura-se como uma política pública voltada à prevenção e ao combate de todas as formas de violência contra as mulheres no município. Fundamentado na perspectiva de gênero, o plano promove ações de proteção, atendimento e promoção da autonomia para mulheres em situação de vulnerabilidade social, considerando as diversidades geracionais, de orientação sexual, identidade de gênero, etnia/raça e deficiência.

### 3

**Integrado às políticas públicas municipais, o plano busca garantir um atendimento humanizado e eficiente, promovendo iniciativas intersetoriais e articuladas. Sua estrutura é organizada em três eixos estratégicos:**



**1** **Comitê Gestor** : encarregado de monitorar e avaliar as metas, garantindo que os objetivos do plano sejam alcançados com eficiência e transparência.

**2** **Integração Setorial** : visa fortalecer a cooperação entre secretarias municipais e parceiros da sociedade civil, ampliando o impacto das ações por meio de esforços colaborativos.

**3** **Promoção da Autonomia das Mulheres** : promove a inclusão no mercado de trabalho, capacitações e suporte psicossocial, com foco na independência e no empoderamento das mulheres atendidas.

Esses eixos estruturais são fundamentais para abordar as raízes da violência de gênero e **promover a inclusão social e a igualdade**, fortalecendo a rede de proteção e as oportunidades para mulheres em Aracaju.



## PÚBLICO-ALVO DA PROPOSTA

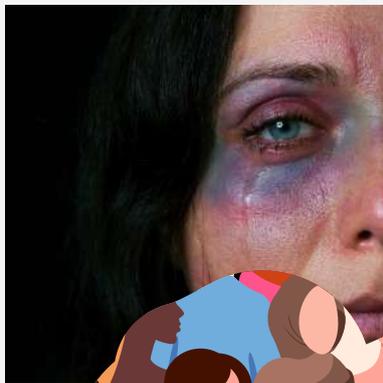
A política pública do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Aracaju é direcionada prioritariamente às mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência, abrangendo todas as faixas etárias, etnias, raças, orientações sexuais e identidades de gênero.

**O plano contempla mulheres que enfrentam diversas formas de violência – física, psicológica, sexual, financeira, entre outras.**

Estendendo-se tanto às vítimas de violência doméstica quanto às questões que sofrem discriminação ou opressão social em diferentes contextos.

Seu objetivo central é garantir o acesso a serviços de proteção, promoção da autonomia e uma rede de atendimento integrada, destinada a oferecer suporte de forma abrangente e humanizada.

A atuação se dá por meio da articulação entre assistência social, saúde, segurança pública e outras políticas públicas, garantindo a efetivação dos direitos dessas mulheres e contribuindo para a superação das condições de violência que enfrentam.



## DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A partir das visitas realizadas aos CRAS Prof. Gonçalo Rollemberg Leite e CRAS João Oliveira Sobral, bem como ao CRAM (Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência), e visita à Delegacia de Atendimento à Mulher (DAGV), foi possível identificar desafios e limitações na estrutura e no funcionamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município de Aracaju. Esses problemas comprometem a efetividade das políticas públicas de proteção e assistência e, conseqüentemente, dificultam a resposta rápida e eficaz aos casos de violência de gênero.



A principal dificuldade constatada diz respeito à **comunicação fragmentada** entre os diversos setores responsáveis pelo atendimento. Atualmente, a troca de informações entre os órgãos que integram a rede de proteção às mulheres ocorre majoritariamente por meio de email, ofícios e e-docs.

Embora esses meios sejam necessários para formalizar processos e registrar as ações, eles revelam uma deficiência na agilidade e no fluxo contínuo de dados, o que acarreta desafios para a efetividade da política pública.



Além disso, a **ausência de um sistema integrado e unificado** dificulta a visualização de um panorama completo dos casos em atendimento, o que prejudica a coordenação entre os profissionais das diversas áreas envolvidas. Em conversas com os responsáveis pelos CRAS e o CRAM, foi evidenciado que a falta de um sistema compartilhado de informações gera lacunas no monitoramento de cada caso, o que pode resultar em atrasos no atendimento e na insegurança quanto à continuidade das medidas protetivas, como a necessidade de revisões periódicas ou a alocação de recursos em tempo hábil.



Durante diálogos com os responsáveis pelos CRAS e o CRAM, foi constatado que a ausência da referida ferramenta gera lacunas no monitoramento dos casos, atrasos no atendimento e incertezas quanto à continuidade das medidas protetivas, como revisões periódicas ou alocação de recursos de forma tempestiva. Além disso, essa carência dificulta o acesso simultâneo e em tempo real às informações essenciais pelos profissionais das áreas de justiça, saúde e assistência social, prejudicando a resposta coordenada e a implementação eficaz das medidas de proteção.

# OBJETIVOS DA PROPOSTA

O objetivo deste trabalho é propor a criação de um sistema informatizado integrado , capaz de centralizar informações e facilitar a comunicação entre as áreas de saúde, educação, segurança e assistência social de Aracaju, permitindo uma resposta ágil, coordenada e eficaz no atendimento às Mulheres em situação de violência.

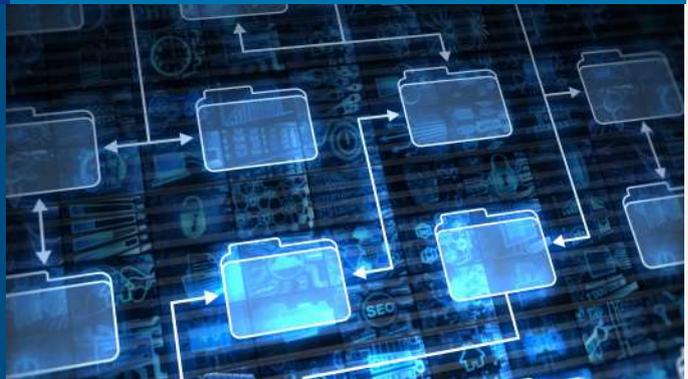


## Identificar a estrutura da rede interorganizacional:

Analisar a organização atual dos setores envolvidos (saúde, segurança, educação e assistência social), mapeando como esses setores se conectam e se comunicam. Esse passo visa reconhecer oportunidades para aprimorar a integração e a eficiência na resposta à violência contra a mulher.

## Mapear os equipamentos municipais:

Realizar um levantamento dos serviços e equipamentos públicos e privados que compõem a Rede de Atendimento à Violência contra a Mulher no município de Aracaju. Este mapeamento visa identificar cada unidade de apoio, facilitando a centralização de informações e a coordenação das ações de atendimento.



## Analisar a Efetividade da Rede de Atendimento:

Avaliar a eficiência das interações e fluxos de comunicação entre os atores e setores da rede de atendimento, identificando possíveis lacunas e oportunidades de melhoria. Essa análise pode fundamentar sugestões de aprimoramento para garantir um atendimento mais ágil e coordenado, reforçando o impacto das ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

## Mapear os Atores Estratégicos:

Estratégicos: Identificar os principais atores que desempenham papéis essenciais na rede de atendimento, mapeando suas funções e contribuindo para o fortalecimento da articulação municipal. Essa etapa visa potencializar a cooperação intersetorial, promovendo uma resposta mais coordenada e efetiva no enfrentamento à violência contra a mulher.



# DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

A análise das visitas realizadas e dos relatos obtidos apontou a comunicação fragmentada entre os órgãos da rede de atendimento como um dos principais entraves à efetividade da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher. A inexistência de um sistema informatizado integrado compromete a troca ágil de informações entre as diferentes instituições, dificultando a coordenação intersetorial necessária para a execução das ações de proteção, prevenção e promoção da autonomia das mulheres.

Além disso, a ausência de integração tecnológica afeta diretamente a capacidade da rede de oferecer um acompanhamento contínuo e eficaz às vítimas, resultando em lacunas no monitoramento dos casos e atrasos na aplicação de medidas preventivas e protetivas. Essas falhas operacionais comprometem os objetivos do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, restringindo sua capacidade de atuar de forma estruturada e abrangente, como previsto pelo Decreto nº 6.615/2021.

## ► Comunicação Fragmentada e Ineficiente

O principal ponto identificado como obstáculo para a efetividade da rede de atendimento diz respeito à comunicação fragmentada entre os diversos órgãos responsáveis pelo suporte às mulheres em situação de violência. Atualmente, os setores de saúde, assistência social, segurança pública, e justiça, utilizam meios formais e burocráticos, como emails, ofícios e e-docs, para a troca de informações. Embora esses métodos sejam importantes para formalizar e registrar processos, eles não são eficientes para um acompanhamento ágil e eficaz dos casos. Esse modelo lento e burocrático gera dificuldades significativas na coordenação das ações, impactando diretamente o tempo de resposta e a qualidade do atendimento às vítimas.

## ► Falta de sistema informatizado integrado

A ausência desta ferramenta de comunicação unificada e integrada entre os diversos setores compromete a visibilidade contínua e coordenada dos casos em atendimento. Profissionais dos CRAS, do CRAM e da DAGV enfrentam a dificuldade de acompanhar, de maneira simultânea, o histórico completo de cada caso, o que prejudica a continuidade do atendimento e atrasos nas medidas protetivas. Além disso, o não compartilhamento de informações em tempo real resulta em lacunas no acompanhamento, gerando incertezas e dificultando a implementação de medidas de proteção eficazes.

## ► Desarticulação Interinstitucional

A desarticulação entre os setores responsáveis pela assistência às mulheres em situação de violência é um problema recorrente. Embora haja a intenção de colaboração, a falta de um sistema estruturado para compartilhar informações e coordenar ações entre os diferentes órgãos impede uma atuação eficaz e rápida. Os relatos do delegado da DAGV confirmam essa análise, pois ele destacou que a lentidão e a ineficiência na comunicação entre as diversas instituições comprometem o tempo de resposta necessário para a implementação de medidas urgentes de proteção.

## ► Impactos na Efetividade das Políticas Públicas

A fragmentação e a ineficiência na comunicação entre os serviços, aliada à sobrecarga de trabalho dos profissionais, comprometem a efetividade das políticas públicas de proteção à mulher. O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, embora bem estruturado em seus objetivos, enfrenta dificuldades na implementação eficaz devido a essas lacunas operacionais. A falta de integração entre os serviços de assistência social, saúde, segurança e justiça impede a construção de uma rede de proteção integrada e eficiente, essencial para garantir a segurança e o bem-estar das mulheres vítimas de violência.

## ► Consequências para as Mulheres Vítimas

As consequências diretas para as mulheres vítimas de violência são graves. A lentidão no atendimento, a falta de acompanhamento contínuo e a dificuldade em acessar medidas de proteção resultam em maior vulnerabilidade para as vítimas, que podem ter suas vidas e integridade física ainda mais comprometidas. A ausência de um sistema integrado que permita monitoramento em tempo real pode também acarretar na não aplicação tempestiva de medidas protetivas, deixando as mulheres expostas ao risco de novos episódios de violência.

# PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO

Propõe-se a implementação de um Sistema Informatizado Integrado, que visa otimizar o fluxo de informações, garantir a continuidade do atendimento, promover a colaboração eficiente entre os diferentes órgãos envolvidos na proteção das mulheres e oferecer às vítimas maior autonomia no acompanhamento de seus próprios casos.



## ▶ Plataforma Unificada de Acesso

- A plataforma será o núcleo central do sistema, onde todas as informações sobre os casos serão registradas e compartilhadas em tempo real. Esta plataforma será acessada por todos os profissionais envolvidos na rede de atendimento (assistentes sociais, psicólogos, médicos, delegados, etc.), de modo que cada um possa visualizar os dados pertinentes ao seu papel, às suas funções, sempre respeitando os princípios de confidencialidade e privacidade.
- Além disso, as vítimas terão um acesso exclusivo e restrito à plataforma, permitindo que acompanhem o andamento de seus próprios casos, como status de medidas protetivas, agendamentos e prazos importantes, sem acesso a qualquer informação de outras ocorrências. Esse acesso será protegido por login, autenticação em duas etapas e recursos adicionais de segurança, como um modo invisível, para garantir a privacidade em situações de risco.

## ▶ Cadastro de Casos e Acompanhamento

- A plataforma permitirá a inclusão e atualização de dados em tempo real, de forma que cada novo caso de violência registrado nos CRAS, CRAM ou na DAGV será imediatamente disponível para todos os profissionais responsáveis. Esse módulo incluirá deve conter: Dados pessoais das vítimas, tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), com camadas de segurança adicionais e anonimização. Histórico do caso (contendo registro de denúncias, medidas protetivas, acompanhamentos necessários. Alertas automáticos para prazos de revisão das medidas protetivas ou a necessidade de reavaliação do caso.
- Recursos Educativos: Disponibiliza materiais informativos sobre direitos, tipos de violência e orientações sobre como proceder em casos de agressão.

## ▶ Módulo de Comunicação Interinstitucional

- Um dos pilares do sistema será a criação de um módulo de comunicação ágil, permitindo que as informações sejam trocadas diretamente entre os profissionais dos CRAS, CRAM, DAGV, saúde, assistência social e outros órgãos relevantes. Esse módulo possibilitará a consulta e o envio de documentos de forma imediata e segura, sem a necessidade de ofícios, emails ou e-docs, agilizando o processo de comunicação entre os diferentes setores.

## ▶ Painel de Monitoramento e Avaliação

- O sistema incluirá um painel de monitoramento em tempo real, permitindo a visualização do status de cada caso e a análise da efetividade das intervenções realizadas. Relatórios automatizados fornecerão dados para melhorar as estratégias e promover ajustes contínuos na rede de atendimento.

## CONCLUSÃO

---

O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher em Aracaju representa um avanço significativo na luta contra a violência de gênero, destacando-se como uma iniciativa essencial para enfrentar essa grave problemática social. Contudo, desafios críticos ainda precisam ser superados, como a carência de recursos financeiros e humanos, a subnotificação de casos e a ausência de integração tecnológica, que comprometem a eficiência e a abrangência das ações previstas.

A implementação de uma plataforma digital integrada surge como um elemento transformador, capaz de otimizar a comunicação entre os diferentes órgãos, promover o acesso simultâneo e em tempo real a informações estratégicas e fortalecer a articulação intersetorial. Além disso, o fortalecimento da rede de apoio, com capacitação contínua dos profissionais e maior envolvimento da sociedade civil, pode garantir um atendimento mais humanizado e eficaz, respeitando as especificidades de cada caso.

Para consolidar essa política pública como uma referência, é fundamental priorizar o investimento em tecnologias inovadoras, ampliar campanhas de conscientização e reforçar a colaboração entre setores públicos e privados. Essas ações não apenas asseguram proteção e direitos às mulheres, mas também promovem uma cultura de igualdade e respeito, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todos.es.



## REFERÊNCIAS

ARACAJU (SE). Decreto n.º 6.615, de 2021. Institui o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021. Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14232.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14232.htm). Acesso em: 19 out. 2024.

BELLINI, Maria Isabel Barros et al. Políticas Públicas e Intersetorialidade em debate). Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento\\_03%20-%20Maria%20Isabel%20Barros%20Bellini.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento_03%20-%20Maria%20Isabel%20Barros%20Bellini.pdf). Acesso em: 19 out. 2024.

INFONET. Casos de violência contra a mulher em Aracaju, 2023.

JORNAL DA CIDADE. Femicídios em Sergipe, 2023.

O QUE É NOTÍCIA EM SERGIPE. Dados sobre violência de gênero e perfil socioeconômico das mulheres em Sergipe, 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE SERGIPE (SSP-SE). Violência contra a Mulher Sergipana. Aracaju: Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACrim), 2024.

SENADO FEDERAL. Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília: Observatório da Mulher contra a Violência, 2024. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras%20referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras%20referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres). Acesso em: 19 out. 2024.

**Discentes:** Cledina Gois Teixeira, Marcelle Prata Freitas Freire de Carvalho, Priscilla Cristine Porto Léo Costa.

**Orientadores:** Prof<sup>o</sup> Dr. Marcos Antônio de Souza Barboza e Prof<sup>a</sup> Kelly Maria Paz e Silva

Universidade Federal de Sergipe

